

Sistema de apuração do TSE é criticado

por Verônica Couto
do Rio

Os resultados nacionais da primeira eleição para presidente da República, após 29 anos, dependerão de quatro microcomputadores (compatíveis com a linha IBM de PC-AT).

Dotados de microprocessadores 386, os equipamentos estarão ligados em rede por um programa adquirido e adaptado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que desenvolveu, na sua secretaria de informática, todo o projeto lógico da apuração.

Os micros AT localizados no TSE, em Brasília, transmitirão periodicamente parciais para um telão instalado no centro de convenções do Congresso.

Os micros do TSE totalizarão cerca de 250 mil boletins de urnas (BU), agrupados por municípios e transmitidos por comunicação de dados pelos 26 Tribunais Regionais Eleitorais (TRE) do País.

O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) estará encarregado da digitação e totalização municipal de 70,09% dos votos, equivalente a 14 estados, incluindo Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco, entre outros.

Pelos demais 29,91% do total, responderão empresas privadas e a empresa de Processamento de Dados do Estado de Minas Gerais (Prodemge).

Técnicos da Federação Nacional dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados (Fenadados) criticam a metodologia adotada pelo TSE, entre outras razões porque microcomputadores não possuem a mesma segurança e confiabilidade de computadores de grande porte que poderiam ter sido requisitados, no Serpro, para este objetivo.

Os micros do TSE serão os únicos a disporem do histórico nacional da evolução dos resultados, mas não poderão, contudo, garantir o registro de todas as operações feitas na máquina, "ou fazer o log", no jargão do setor, porque este arquivo demanda excessiva quantidade de memória.

Em um processo de transferência e totalização de votos, os técnicos da Fenadados afirmam que é bastante comum surgirem tipos de erros imprevisíveis que exigem alterações no programa para a sua correção.

As modificações podem ser efetivadas sem problema, desde que estejam re-



Cincinato Rodrigues de Campos

gistradas (no 'log') e sejam comunicadas aos partidos.

Esta foi uma das principais dificuldades na investigação do caso Proconsult (tentativa de fraude em 1982, no Rio, favorecendo o então candidato Moreira Franco, do PDS, contra o governador, eleito na ocasião, Leonel Brizola), porque os computadores não dispunham de documentação das operações, conforme o encarregado da perícia da ação, Glauco Antônio Prado Lima.

Outra vulnerabilidade do sistema do TSE apontada por Prado Lima é ressaltada pela equipe da Fenadados está nas próprias características dos equipamentos.

Os micros PC da IBM foram lançados para tornarem-se padrões de mercado e por isso dotados de "arquitetura aberta", ou praticamente transparentes.

"Hoje em dia, com a quantidade de manuais distribuídos pela IBM, qualquer estudante de computação pode construir seu micro ou invadir um sistema. Não me surpreenderia se alguém já estivesse criando o vírus 16 de novembro, a exemplo do sexta-feira 13", afirmou Prado Lima.

De fato, o grupo da Fenadados lembrou que os micros AT servem-se maciçamente de discos rígidos, acionados pelos "drivers", local mais propício à infecção de vírus.

No TSE, três micros estarão recebendo dados dos TRE totalizados por município pelas empresas prestadoras de serviço de digitação, e um fará o somatório nacional.

A descentralização buscou balancear o tráfego e não sobrecarregar as máquinas. Cada TRE recebeu dois microcomputadores para transmissão em linha privada de comunicação de dados (operada pela Em-

bratel) e para registro de recursos.

O Serpro deve mobilizar cerca de 5,5 mil profissionais na operação, e entre 300 e 350 equipamentos, cada terminal com quatro digitadores, revezando em turno de seis horas. As empresas privadas contratadas até o momento são a Dataserv, do Paraná, a Politec, de Goiás, a Simples, da Paraíba, e a Cetil, de Mato Grosso do Sul. A Dataserv, a Politec e a Prodemge (em Minas Gerais) dispõem de computadores IBM de grande porte e utilizarão programas desenvolvidos pelo Serpro. As demais (Simples e Cetil), com microcomputadores, rodarão programa fornecido pelo TSE. Por exigência do juiz do TRE de São Paulo, os disquetes com os BU totalizados regionalmente deverão ter o endosso de um juiz eleitoral antes de serem transmitidos para Brasília.

No próximo dia 7, o TSE fará uma demonstração pública do sistema, e o TRE do Rio de Janeiro no dia 9. A Fenadados continua reivindicando cópia dos BU e dos disquetes para todos os partidos e não apenas via do BU para os comitês interpartidários regionais e municipais. A maior preocupação, no entanto, que deve concentrar a atenção dos partidos na fiscalização, é o modelo de Boletim de Urna, sem fechamento horizontal.

ELEIÇÕES SIMPLES

Todas as possibilidades

de fraudes, levantadas pela Fenadados, foram descartadas tanto pelo diretor de Informações Eleitorais do TSE, Benedito Gonçalves, quanto pelo presidente do Serpro, Cincinato Rodrigues de Campos, em entrevista à agência Radiobrás.

De acordo com Benedito Gonçalves, estas eleições são as mais simples, considerando a complexidade das que não são solteiras, como por exemplo, as municipais (prefeitos e vereadores) e as para a escolha dos governadores, senadores e deputados. Estas sim — frisa —, exigem um aparato maior, tanto no que diz respeito às condições logísticas, financeiras, ao contingente humano etc.

A eleição de novembro, em primeiro turno, que reúne 22 candidatos, e a de dezembro (no dia 17), em segundo turno, onde apenas dois disputam — caso nenhum candidato tenha maioria absoluta de votos (50% mais um, de um total de 82 milhões de votos — número aproximado do eleitorado brasileiro) —, reduzem em 90% o trabalho, comparado com o tido nos pleitos de 1986 e 1988 (respectivamente para governadores e parlamento federal e para prefeito e vereador).

Além disso, afirma Benedito Gonçalves, o TSE adquiriu experiência na atividade eleitoral, e neste ano, a segurança no encaminhamento e execução dos preparativos é "integral".

O presidente do Serpro,

Cincinato Rodrigues, órgão que emprega em todo o País mais de 18 mil funcionários, desmentiu a informação de que o Serpro, paralelamente ao trabalho de apuração montado pelo TSE, fosse, também, computar os votos de novembro. Segundo ele, o que o órgão irá fazer é responsabilizar-se pela transmissão dos dados dos Boletins de Urna. Isto é, fará o repasse das informações enviadas de alguns estados, diretamente dos Tribunais Regionais Eleitorais (TRE), via Embratel, para a central de processamento de dados na capital federal, administrada pelo TSE, utilizando-se de sua rede nacional de computadores e comunicação de dados.

Cincinato, no entanto, não descarta a possibilidade de o Serpro vir a entrar com maior intensidade no trabalho de apuração. "Se for necessário, por uma razão ou outra, o Serpro terá todas as condições de, se solicitado pelo TSE, participar, com todos os recursos de que dispõe."

Poderá, até mesmo, recuperar dados, caso as informações se percam durante o transporte dos boletins de urnas para os TRE, nas capitais dos estados, e, depois, para Brasília, através do sistema de "back up", que armazenará todas as informações dos boletins divulgados nos locais de origem.

Em relação à fraude e outros erros, Cincinato in-

forma que o TSE dispõe de sete pontos de controle, entre os quais o dos boletins de urna e a própria fiscalização partidária e da Justiça Eleitoral, quando da apuração propriamente dita. Os boletins de urna funcionam como um mapa, onde estarão transcritos os votos dados aos candidatos, os em branco e os nulos.

Quanto aos vírus de computador, o presidente do Serpro afirma que "não há nada a temer". Os mais conhecidos, "sexta-feira 13" (programados para se manifestar sempre que coincidirem esse dia da semana e do mês, apagando o arquivo de dados), "madona" (em ritmo de "strip-tease", uma mulher dançando vai apagando as informações), o "pingue-pongue" (uma bolinha luminosa aparece na tela apagando letras e arquivos) e o "cascata" (onde as letras caem fragmentando as informações), não terão a menor chance de comprometer as informações, já que os equipamentos que serão utilizados pelo TSE são novos e os softwares adquiridos de empresas idôneas. Além — acrescenta — das vacinas antivírus, que podem ser usadas antes do início da operação e que detectam qualquer anormalidade no programa. "Será muito difícil, se não impossível, comprometer o início da consolidação democrática no Brasil", garante o presidente do Serpro.